

# Autoridades retiram dez raparigas de uniões prematuras

*Notícias, Cabo Delgado em foco, 18.12.2021, pag. 12, Ed. n.º 31.485*

DEZ raparigas que viviam em uniões prematuras em algumas comunidades e centros de reassentamento de deslocados por conta dos ataques terroristas em alguns distritos de Cabo Delgado foram resgatadas pelas autoridades e integradas em escolas para prosseguirem com os estudos.

Segundo a directora do Serviço Provincial do Género e Acção Social, Isabel Raimundo, que falou ao "Notícias" à margem de uma mesa-redonda sobre a situação das uniões prematuras e gravidezes precoces no contexto social e da crise na província de Cabo Delgado, realizada esta semana na cidade de Pemba, o resgate decorreu na sequência de denúncias populares e pelo despertar das próprias

vítimas para os malefícios do problema, em resultado das palestras promovidas pelas instituições públicas e organizações parceiras do Governo que trabalham na defesa dos direitos das raparigas e mulheres.

Segundo Raimundo, apesar dos avanços registados no quadro legal de defesa dos direitos da rapariga e da mulher, com destaque para a Lei de Combate às Uniões Prematuras, Plano Nacional da Mulher, Paz e Segurança, entre outros convénios regionais e internacionais rubricados pelo Estado moçambicano, o sucesso da luta pela salvaguarda dos direitos da rapariga e da mulher só será alcançado com o engajamento de todos.

Segundo fonte da Pathfinder International Moçambique, organização não-governamental que trabalha na melhoria da qualidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e cuidados em HIV, as uniões prematuras eram uma das formas menos visível e denunciada de violência contra rapariga.

Em Cabo Delgado, segundo estatísticas apresentadas durante a mesa-redonda, 61 por cento de mulheres jovens entre 20 e 24 anos de idade são casadas ou vivem maritalmente desde antes dos 18 anos; 18 por cento casam-se antes dos 15; e 65 por cento das adolescentes com idades de 15 a 16 anos são mães, quadro considerado crítico.

Para inverter o cenário,

aquela organização está a executar o projecto Uholo, termo macua que em português significa avante, que visa, entre outros objectivos, contribuir para o cumprimento efectivo de leis e políticas que visam retardar as uniões maritais e protecção das raparigas e jovens.

A mesa-redonda visava reflectir sobre os malefícios das uniões infantis, prematuras e forçadas, por serem factores que perpetuam as desigualdades e atrasam o desenvolvimento da rapariga e jovem mulher; promover seu empoderamento e salvaguarda dos seus direitos através da divulgação e implementação de leis e políticas, assim como monitoria da sua eficácia no tecido social.